



## Mudança na Lei do Bem, anunciada em 2015, preocupa empresários

Apesar da rejeição da MP 694/15, governo ainda pode reapresentar proposta que altera legislação



Um dos assuntos que ganhou maior destaque no balanço das ações realizadas pela Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI) em 2015 foram as mudanças na Lei do Bem. O texto da MP 694/15, enviada pelo Executivo ao Congresso em outubro, suspendia, no ano de 2016, o benefício fiscal para empresas que realizem pesquisa, desenvolvimento e inovação. A matéria deveria ser votada pelo Congresso até 8 de março. Como isso não ocorreu, a medida perdeu efeito.

**A política de inovação não pode ficar sujeita a intervenções de curto prazo. Essa é uma visão errônea.**

O fato é que o novo ano legislativo permite que o governo reapresente nova MP. Nesse sentido, o alerta perma-

nece. “A política de inovação não pode ficar sujeita a intervenções de curto prazo. Essa é uma visão equivocada. É da inovação e da competitividade que virá a saída da crise”, alertou o CEO da Natura, Pedro Passos.

Das boas notícias, a sanção do Marco legal de CT&I no início deste ano é um dos avanços na área legislativa. Como desafio para o ano, permanece a sua regulamentação. No que tange à agenda de “Inserção Global via Inovação”, foi destaque a assinatura do Acordo para Aceleração de Patente (PPH, sigla em inglês) entre o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e o USPTO, o escritório de patentes dos Estados Unidos. O CEO da IBM, Ricardo Pelegrini, também apontou para a necessidade de adesão ao Protocolo de Madri e ao Acordo de Haia, que facilitam pedidos de depósitos de marcas e design simultâneos nos países signatários.

## Modernidade e cooperação são palavras-chave da agenda de RH

O eixo de “Recursos Humanos” da Agenda da MEI 2016 está focado em modernidade e cooperação. O documento que servirá de base para atuação neste exercício defende que temas de vanguarda – tais como manufatura avançada, robótica, big data – sejam objeto de estudo de engenheiros desde o período de graduação. Nesse sentido, a MEI propõe a criação de programa de incentivo à modernização das engenharias, contemplando ações que minimizem a evasão escolar, a revisão de diretrizes curriculares e o monitoramento e a avaliação dos cursos.

## Análise de pedidos de patente ao INPI pode ter força-tarefa

Uma das sugestões discutidas entre os empresários da MEI e os ministros presentes foi a possibilidade de criação de força-tarefa para redução do tempo de avaliação dos pedidos de patente apresentados ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Atualmente, a avaliação demora, em média, 11 anos para ser concluída.

A proposta é abrir um edital público conjunto entre Capes e CNPq e selecionar professores de universidades federais para realização das análises. “Não podemos ver a piora do *backlog* de braços cruzados. O INPI sozinho não vai conseguir mudar isso. A gente precisa se unir para fazer alguma coisa”, afirmou Aloizio Mercadante, ao ministro de CT&I, Celso Pansera, e ao secretário de Inovação do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC), Marcos Vinícius de Souza.

Bem recebida pelos empresários, a ideia apresentada aproxima-se de um dos pontos importantes da agenda da MEI, como a necessidade de adesão a acordos internacionais para facilitar depósitos de marcas e design, em mais de um país, de forma simultânea.



### Programe-se

21 de março	Diálogos da MEI sobre a ENCTI São Paulo/SP
04 de abril	Diálogos da MEI sobre Manufatura Avançada Salvador/BA
13 de maio	Comitê de Líderes São Paulo/SP
06 de junho	Diálogos da MEI São Paulo/SP (a confirmar)
29 de julho	Comitê de Líderes São Paulo/SP
05 de setembro	Diálogos da MEI São Paulo/SP
07 de outubro	Comitê de Líderes São Paulo/SP
07 de novembro	Diálogos da MEI São Paulo/SP
02 de dezembro	Comitê de Líderes São Paulo/SP